



Audiência Pública do Senado Federal

Brasília, 03 de maio de 2016

Rafael A. F. Zanatta

Que papel tem o Idec nessa discussão?



- Defesa de direitos coletivos desde 1987
- Advocacy e ações judiciais **em defesa dos consumidores**
- Controle social da Anatel
- Proteção de direitos digitais e construção coletiva do **Marco Civil da Internet**

Como o Idec visualizou o problema das franquias?



- Anúncio da Vivo em fevereiro de 2016: articulação com **ativistas online** (BestBits, MarcoCivil) para discussão
- Reunião de trabalho no **GT de Telecom da Senacon** em 26/02/2016 (diagnóstico inicial)
- **Ausência de justa causa** para modificação dos contratos (Art. 39, Código de Defesa do Consumidor)
- Desconexão **ilegal** de usuários (Art. 7º, IV, Marco Civil da Internet)
- **Abuso** de poder econômico (Lei 12.529/2011)

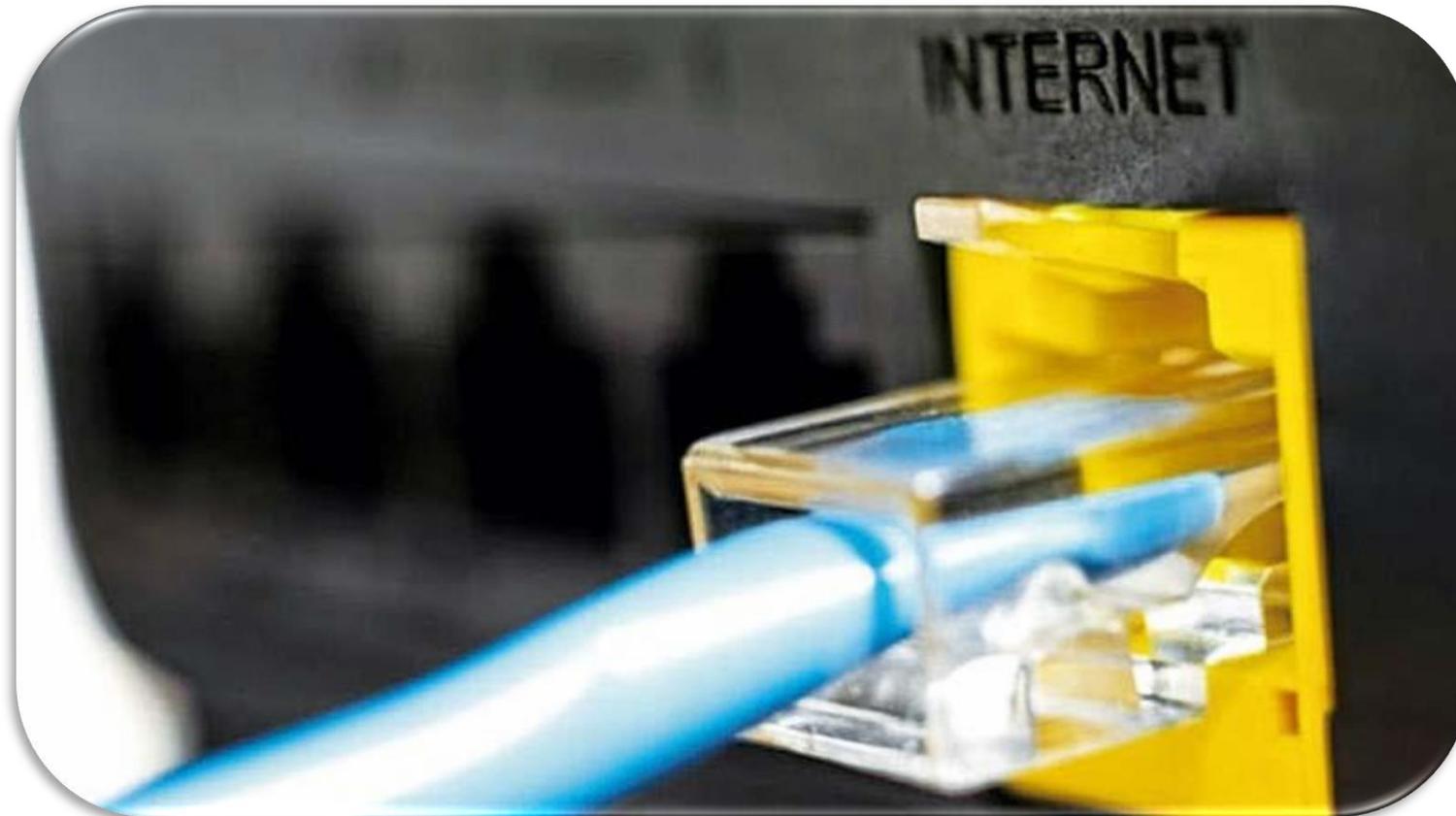


IDEC VAI À JUSTIÇA CONTRA NOVOS PLANOS DE BANDA LARGA FIXA

Instituto protocolou, em Brasília, pedido de liminar para impedir a limitação de dados. Na visão do Instituto, Claro, Net, Oi e Telefônica têm adotado medidas ilegais

idec
Instituto Brasileiro de
Defesa do Consumidor

Quais os falsos argumentos apresentados pelas teles?



“Existe um problema de congestionamento das redes que só pode ser solucionado com franquias de dados”

FALSO

CAPPING THE NATION'S BROADBAND FUTURE?



Dwindling competition is fueling the rise of increasingly costly and restrictive data caps on Internet usage in the United States

Data caps do not address network congestion. The main challenge for network engineers is how to deal with demand during peak hours. The critical factor is the *time of day* when an individual uses data, not an individual's aggregate data consumption over the course of a month. Even major ISPs have acknowledged this:

In a disclosure document required by the FCC, Comcast admitted that data caps “do not address the issue of network congestion, which results from traffic levels that vary from minute to minute.”

The cost of delivering broadband service is decreasing, not increasing. The price of service is often cited as a justification for data caps. However, declines in network equipment costs and costs to move data, including IP transit, mean that ISPs are now spending less while profiting from more customers.

Comcast's High-Speed Internet Service Explained: Customer

• Current Policy:

- *Do Say:* "Customers in non-trial areas have a 250 GB data usage plan, although we are not currently enforcing this policy."
- *Don't Say:* "Customers in non-trial areas have unlimited data usage."

• Trial Policy:

- *Do Say:* "Customers in trial markets had their data usage plan increased to 300 GB (or more in Tucson)."
- *Don't Say:* "Customers in non-trial areas have a 300 GB plan."

• The Name of the Program:

- *Do Say:* "Data Usage Plan"
- *Don't Say:* "Data Cap" (This is not a cap. We do not limit a customer's use of the Internet in any way at or above 300 GB.)

• The Reason for the Data Usage Plan:

- *Do Say:* "Fairness and providing a more flexible policy to our customers."
- *Don't Say:* "The program is about congestion management." (It is not.)

“A franquia de dados é uma **tendência mundial** e o Brasil precisa se adequar”

FALSO

Segundo a União Internacional de Telecomunicações, em mais de 70% dos países do mundo até os pacotes mais básicos de internet fixa são ilimitados do ponto de vista do consumo de dados. Apesar disso, nos EUA, Canadá, Alemanha, Irlanda, México, Japão e Argentina já existem planos ilimitados em paralelo com os limitados sendo comercializados pelas operadoras locais.

"Em mais de 70% dos países do mundo, até os pacotes mais básicos de internet fixa são ilimitados"

“Existe um problema de “seleção adversa” e os consumidores mais pobres serão beneficiados”

Telecomunicações

Por que a franquia de dados na internet é absurda e o que ela causará

O argumento falacioso de que é inviável oferecer acesso ilimitado à rede mudará a forma do brasileiro navegar e, de novo, prejudicará os mais pobres

por Intervezes — publicado 02/05/2016 12h36

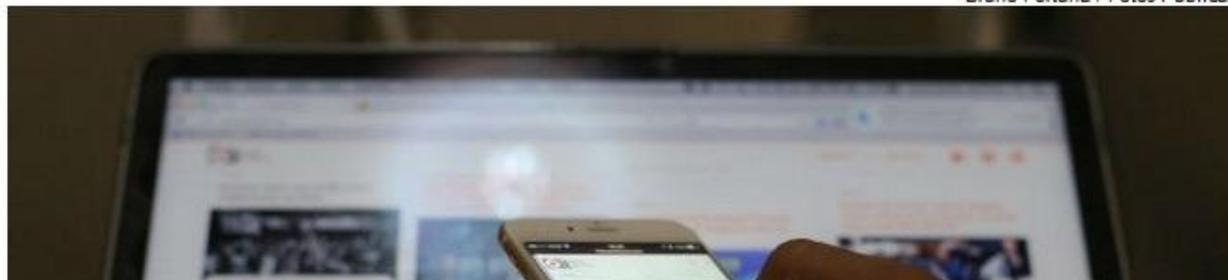
Recomendar 113

G+1 5

Share 3

Tweetar

Bruno Fortuna / Fotos Públicas



FALSO

Se a internet é essencial, o que podemos fazer como comunidade política?



- Solução não é modificação do Marco Civil da Internet, mas sim sua **correta interpretação**
- Mensuração de **impactos das franquias**: empregos, educação, inovação, empreendedorismo, inclusão digital, cidadania, governo aberto
- Proposta do Idec: Anatel precisa revogar partes da **Resolução n. 614/2013** e realizar análise de impacto regulatório, com **ampla participação social**, antes de ato normativo
- Discussão maior: um **novo regime jurídico para banda larga** ("serviço essencial" com universalidade, acessibilidade, continuidade, qualidade, eficiência, modicidade tarifária, cobertura abrangente, garantia dos direitos dos consumidores e participação social)

- Problema regulatório é maior. Devemos conectar os debates.

Avaliação de Políticas Públicas (Resolução n. 44, de 2013) do **Senado Federal**:

- Reconhecer o acesso à internet como serviço essencial de interesse público
- Elaborar novo plano nacional de banda larga, com horizonte de longo prazo
- Ampliar investimentos públicos para alcançar universalização da banda larga em 20 anos
- Estimular entrada de novos agentes (públicos e privados) para estimular competição
- Reestruturar os fundos do setor de telecomunicações
- Fortalecer o papel institucional da Anatel, reforçando o foco no consumidor

- Milhões de brasileiros **nos acompanham por streaming** (internet livre é essencial para democracia no século XXI)
- Oportunidade de ampla discussão nacional e **construção normativa participativa**
- A questão de fundo é: até que ponto o interesse de grandes empresas se sobrepõe à ordem jurídica e aos princípios do uso da internet no Brasil?



rafael.zanatta@idec.org.br

@rafa_zanatta

www.idec.org.br/internetlivre